

Companhia Transirapé de Transmissão

**Demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2014 e 2013 com
relatório dos auditores independentes**

Conteúdo

Relatório anual da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	6
Balancos patrimoniais	8
Demonstrações de resultados	10
Demonstrações de resultados abrangentes	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14

COMPANHIA TRANSIRAPÉ DE TRANSMISSÃO

CNPJ: 07.153.003/0001-04

Relatório anual da Administração

Aos acionistas

Em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, a Administração da Companhia Transirapé de Transmissão apresenta o relatório da administração e as demonstrações contábeis da Companhia relativos ao exercício de 2014, acompanhados do relatório dos auditores independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem, a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

As demonstrações contábeis apresentadas estão em conformidade com o novo padrão contábil estabelecido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's).

A Companhia

A Companhia Transirapé de Transmissão tem como objetivo social principal a prestação de serviços de planejamento, implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, programações, medições e demais serviços necessários à transmissão de energia elétrica.

Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 012/2005, lote B - ANEEL, datado de 15 de março de 2005, celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste na implantação, manutenção e operação da linha de transmissão de 230 kV, com 61 km de extensão, tendo origem na subestação de Irapé, e término na nova subestação de Araçuaí 2, ambas no Estado de Minas Gerais.

Sistema de transmissão

As instalações de transmissão da Companhia Transirapé de Transmissão integra a Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, cuja coordenação e controle da operação de transmissão de energia elétrica, estão sob a fiscalização e regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL representado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa de direito privado, sem fins lucrativos, entidade autorizada pelo Ministério de Minas e Energia - MME.

Os serviços de operação e manutenção do sistema de transmissão foram realizados pela CEMIG, sob a supervisão e fiscalização da Companhia Transirapé de Transmissão, tendo apresentado um bom desempenho de suas atividades, sem ocorrência de falhas que viessem a comprometer os serviços de transmissão de energia elétrica.

Disponibilidade da Linha de Transmissão

	31.12.2014	31.12.2013
Dados operacionais:		
Disponibilidade (%)	99,99%	100,00%

A disponibilidade representa a proporção entre a quantidade de horas em que a linha encontra-se disponível em um determinado período e o total de horas no período considerado.

Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

Em continuidade, estão em andamento os trabalhos relativos ao projeto “Arranjos Técnicos e Comerciais para Inserção da Geração Solar Fotovoltaica na Matriz Energética Brasileira” referente à Chamada nº 013/2011. A Cia Transirapé, juntamente com a Cia Transleste e a Transudeste, dentre outras, assinou o Termo de Compromisso entre as empresas cooperadas participantes do Grupo Furnas (proponente) para realização do projeto em pauta. Ato contínuo, para andamento do projeto, a Cia Transirapé, também assinou, com a parceira executora CEI Solar Empreendimentos um convênio para o cumprimento do Plano de Trabalho proposto por ela.

No ano de 2014 a CIA Transirapé, juntamente com a CIA Transleste, assinou contrato com a Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG para a 2ª Etapa no nosso projeto “Malha de Aterramento de Baixo Valor de Impedância: Avaliação Experimental em Modelo Reduzido e Realização de Medição em uma Malha Real com Corrente de elevado Valor”, com duração aproximada de 30 meses. Os trabalhos deste contrato estão sendo realizados em laboratórios experimentais da própria UFMG com a técnica de modelo reduzido. Este é um investimento que mais uma vez a Cia Transirapé fará na área de energia elétrica utilizando recursos do Programa P&D.

Programas como estes estão pautados visando a busca de inovações tecnológicas para fazer frente aos novos desafios do setor elétrico nacional na produção e transmissão de energia elétrica estando nossas metas e investimentos nesta direção.

Responsabilidade Socioambiental

A sustentabilidade destes empreendimentos foi baseada em programas ambientais, sob normas e critérios de uma Política Ambiental com a preocupação principal em minimizar os impactos causados ao meio ambiente, de maneira a estabelecer o correto equilíbrio entre as ações de engenharia e de manutenção e conservação ambiental, visando principalmente a integridade das áreas que possam ser afetadas. Partindo deste princípio a Cia Transirapé buscou imprimir ações de conscientização nos seus empregados, parceiros e nas comunidades atingidas pela linha de transmissão.

Antecipando ao Ofício Circular nº 0022/2013-SFE/ANEEL de 03/09/2013, desenvolvemos no período de 07 a 11 de abril de 2014, Campanhas e Ações de Educação Ambiental e Comunicação Social junto à população local e aos trabalhadores envolvidos na manutenção da Linha de Transmissão Irapé - Araçuaí 2, aprimorando a conscientização na população atingida pela linha de transmissão por meio do processo de sensibilização e mobilização dos mesmos como participantes ativos na transformação do meio em que estão inseridos.

Responsabilidade Socioambiental--Continuação

Mantendo um foco destacado em prevenções às Queimadas, dentre outros pontos também abordados, esclarecemos e conscientizamos as populações próximas e ao longo da linha de transmissão, realizando palestras nas escolas de cada município atingido pela linha de transmissão com a distribuição de amplo material educativo (sacolas ecológicas, folders, camisetas e bonés). Por meio do programa de Comunicação Social, aleatoriamente, visitamos algumas propriedades prestando informações sobre o empreendimento e esclarecendo cada proprietário/posseiro dúvidas a respeito da linha de transmissão, sua importância, riscos e problemas que certas atividades oferecem quando praticadas próximas a ela, tornando-se assim, um relacionamento harmonioso entre a comunidade, a Cia Transirapé e o meio ambiente.

Contratamos, no mesmo período acima, uma das principais Rádios da região para a divulgação de 10 chamadas por dia de um “spot” educativo com audiência nos municípios por onde passa a linha de transmissão.

O objetivo do trabalho foi alertar a comunidade para os problemas ambientais que acontecem na região, promovendo conhecimentos, habilidades, atitudes e competência individuais e coletivas, voltados para conservação dos recursos naturais e uma melhor qualidade de vida da população atingida pela LT.

Anualmente mantemos ações de conservação e limpeza da faixa de servidão e dos acessos às torres, por meio de contratações terceirizadas, bem como, a harmonização e o aspecto visual que compõem as nossas subestações com o ambiente natural da região.

Quanto às ações sociais, a Cia Transirapé continua investindo no treinamento de seus colaboradores com vistas à melhoria contínua do desempenho de suas atribuições técnicas.

Desempenho econômico-financeiro

As demonstrações contábeis apresentadas estão em conformidade com o novo padrão contábil estabelecido pelo International Accounting Standards Boards - IASB, e de acordo com a Lei nº 11.638/07, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's).

Os resultados da Companhia no exercício foram:

	Regulatório	Regulatório	Societário	Societário
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Lucro Líquido	8.278	7.583	11.654	13.398
EBITDA	15.399	13.994	17.498	17.619

Finalmente, queremos deixar externados nossos agradecimentos aos acionistas, funcionários, colaboradores, Seguradoras, Usuários, Agentes financeiros e do Setor Elétrico, e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da companhia.

A Diretoria



KPMG Auditores Independentes
R. Paraíba, 550 - 12º andar - Funcionários
30130-140 - Belo Horizonte, MG - Brasil
Caixa Postal 3310
30130-970 - Belo Horizonte, MG - Brasil

Central Tel 55 (31) 2128-5700
Fax 55 (31) 2128-5702
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Companhia Transirapé de Transmissão S.A.
Belo Horizonte - MG

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Transirapé de Transmissão (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Transirapé de Transmissão em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

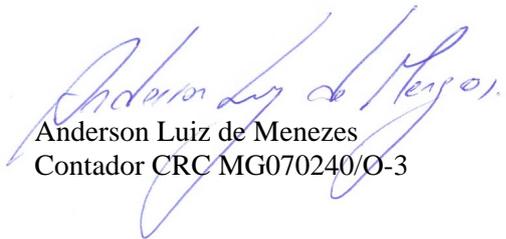
Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 27 de fevereiro de 2014, que não conteve nenhuma modificação.

Belo Horizonte, 04 de março de 2015.

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-MG



Anderson Luiz de Menezes
Contador CRC MG070240/O-3

Companhia Transirapé de Transmissão

Balancos patrimoniais 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2014	31/12/2013
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	174	681
Títulos e valores mobiliários	6	6.093	8.649
Contas a receber	7	26.931	19.668
Tributos e contribuições sociais a compensar	8	116	86
Outros		167	622
Total do ativo circulante		33.481	29.706
Não circulante			
Contas a receber	7	101.198	74.087
Títulos e valores mobiliários	6	1.112	
Imobilizado		18	17
Intangível		75	90
Outros		525	206
Total do ativo não circulante		102.928	74.400
Total do ativo		136.409	104.106

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Transirapé de Transmissão

Balancos patrimoniais 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2014	31/12/2013
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		3.276	82
Empréstimos e financiamentos	9	11.058	2.938
Dividendos a pagar	12	2.768	3.182
Tributos e contribuições sociais	8	781	557
Taxas regulamentares	10	709	590
Outros		23	314
Total do passivo circulante		18.615	7.663
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	9	49.064	38.450
Tributos e contribuições sociais	8	3.874	2.832
Taxas regulamentares	10	131	131
Outros		809	-
Total do passivo não circulante		53.878	41.413
Patrimônio líquido	12		
Capital social		22.340	22.340
Reservas de lucros		41.576	32.690
Total do patrimônio líquido		63.916	55.030
Total do passivo e patrimônio líquido		136.409	104.106

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Transirapé de Transmissão

Demonstrações de resultados 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2014	31/12/2013
Receita operacional líquida	14	51.604	20.148
Custo de operação			
Pessoal e administradores		(145)	(201)
Material		(29)	(26)
Serviços de terceiros		(1.197)	(1.194)
Taxa de fiscalização		(77)	(73)
Custo de construção		(31.700)	(173)
Outras		(29)	(30)
		(33.176)	(1.697)
Lucro operacional bruto		18.428	18.451
Despesas operacionais			
Pessoal e administradores		(667)	(553)
Material		(8)	(11)
Serviços de terceiros		(304)	(279)
Outras		(82)	(44)
		(1.061)	(887)
Resultado financeiro			
Receita financeira	15	965	577
Despesa financeira	15	(4.742)	(3.913)
		(3.777)	(3.336)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		13.590	14.228
Imposto de renda	13	(600)	(471)
Contribuição social	13	(294)	(241)
IR e CS diferidos	8	(1.042)	(118)
		(1.936)	(830)
Lucro líquido do exercício		11.654	13.398
Lucro por ações		0,52	0,60

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Transirapé de Transmissão

Demonstrações de resultados abrangentes 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais)

	31/12/2014	31/12/2013
Lucro líquido do exercício	11.654	13.398
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	11.654	13.398

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Transirapé de Transmissão

Demonstração das mutações do patrimônio líquido 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total	
		Legal	Lucros Retidos			Dividendos adicionais propostos
Saldo em 31 de dezembro de 2012	22.340	1.726	17.201	3.547	-	44.814
Lucro líquido	-	-	-	-	13.398	13.398
Dividendos Declarados	-	-	-	-	(3.182)	(3.182)
Reserva legal	-	670	-	-	(670)	-
Transferência para reservas de lucros	-	-	5.815	3.731	(9.546)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	22.340	2.396	23.016	7.278	-	55.030
Lucro líquido	-	-	-	-	11.654	11.654
Dividendos Declarados	-	-	-	-	(2.768)	(2.768)
Reserva legal	-	582	-	-	(582)	-
Transferência para reservas de lucros	-	-	-	8.304	(8.304)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	22.340	2.978	23.016	15.582	-	63.916

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Transirapé de Transmissão

Demonstração dos fluxos de caixa 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais)

	31/12/2014	31/12/2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	11.654	13.398
Itens que não afetam as disponibilidades:		
Depreciação e amortização	17	2
Receitas de aplicação	(952)	(480)
Variações monetárias e cambiais líquidas	4.976	3.784
	<u>15.695</u>	<u>16.704</u>
(Aumento) redução no ativo		
Concessionárias e permissionárias	(362)	(240)
Ativo financeiro indenizável	(33.814)	(3.849)
Tributos e contribuições sociais	(31)	(32)
Outros ativos	(59)	(221)
	<u>(34.266)</u>	<u>(4.342)</u>
Aumento (redução) no passivo		
Fornecedores	3.194	3
Tributos e contribuições sociais	287	9
Taxas regulamentares	71	41
Tributos diferidos	977	118
Outros passivos	526	(287)
	<u>5.055</u>	<u>(116)</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>(13.516)</u>	<u>12.246</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Resgate de títulos e valores mobiliários	19.243	10.767
Aplicações em títulos e valores mobiliários	(16.845)	(14.495)
Aplicação no imobilizado	(4)	-
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento	<u>2.394</u>	<u>(3.728)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Pagamentos de dividendos	(3.182)	(2.426)
Emissão de debêntures/Empréstimos	21.001	-
Amortização e pagamento de juros do financiamento	(7.204)	(6.117)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	<u>10.615</u>	<u>(8.543)</u>
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	<u>(507)</u>	<u>(25)</u>
Demonstração do aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		
Saldo no início do exercício	681	706
Saldo no final do exercício	174	681
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	<u>(507)</u>	<u>(25)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. Contexto operacional

A Companhia Transirapé de Transmissão - TRANSIRAPÉ (a “Companhia” ou “TRANSIRAPÉ”) foi constituída como sociedade anônima de capital fechado em 6 de dezembro de 2004 com o propósito específico de exploração de linhas de transmissão de energia elétrica tendo como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. A Companhia entrou em operação comercial em 23 de maio de 2007.

Os serviços de operação e manutenção do sistema de transmissão são realizados pela CEMIG Geração e Transmissão, sob a supervisão e fiscalização da Companhia.

Pelo Contrato de Concessão nº 012/2005, de 15 de março de 2005, foi outorgado à Companhia pela União, por intermédio da ANEEL, a concessão para construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado - LT Irapé - Araçuaí - 230 kV pelo período de 30 anos (março/2035).

A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo poder concedente, a ANEEL, e fixada anualmente, para períodos definidos como ciclos que compreendem os meses de junho a julho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias. De acordo com o Contrato de Concessão, a partir do 16º ano de operação comercial a RAP será reduzida em 50% do valor vigente no 15º ano até o final do prazo de concessão.

Número	Prazo (anos)	Contrato de concessão		RAP (*)	Índice de correção
		Vigência até			
012/2005	30	15/03/2035		19.205	IGP-M

(*) A RAP informada está conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 1.756/2014

Os Contratos de Concessão estabelecem que a extinção das concessões determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da Companhia infere que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 compreendem as demonstrações contábeis preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações contábeis em 04 de março de 2015.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

3. Sumário das principais práticas contábeis

3.1 Instrumentos financeiros

3.1.1. Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, sendo utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Recebíveis

A Companhia classifica os saldos de concessionárias e permissionária como recebíveis, os quais são representados por instrumentos financeiros não derivativos com recebimentos fixos, e que não estão cotados em um mercado ativo. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal e por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (impairment). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro.

Contratos de concessão

De acordo com o ICPC 01 (IFRIC 12), as infraestruturas desenvolvidas no âmbito dos contratos de concessão não são reconhecidas como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário.

No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão na utilização do modelo de ativo financeiro.

3.1.2. Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como empréstimos e recebíveis.

3.1.3. Apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquido no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.2 Estoques

Os materiais e equipamentos em estoque são classificados no ativo - circulante (almoxarifados de manutenção) e são demonstrados ao custo médio de aquisição

3.3 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia não identificou nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.

3.4 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.5 Tributação

3.5.1. Impostos sobre a receita

As receitas de estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00%

3.5.2. Imposto de renda e contribuição social:

- **Correntes**

O Imposto de renda e a Contribuição social da Transirapé são calculados pelo regime de lucro presumido.

- **Diferidos**

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

3.6 Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de curto e longo prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Utiliza dados de cenários macroeconômicos por meio do boletim Focum e *inputs* de informações técnicas baseado no negócio da Companhia.

3.7 Reconhecimento da receita/transmissão de energia elétrica

A receita de venda inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia.

3.7.1. Receita de implantação de infraestrutura

A Companhia reconhece a receita da prestação de serviços de transmissão em conformidade com a normativa contábil da ICPC 01.

A Companhia é abrangida pelo escopo do ICPC 01 (IFRIC 12), registra o desenvolvimento de infraestrutura ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 17 (IAS 11) e CPC 30 (IAS 18). Durante a fase de implantação a receita é reconhecida pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço prestado. Na contabilização dessas receitas a Administração da Companhia e de suas controladas avaliam questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos devem - cobrir os custos em questão, além de

determinadas despesas do período. Consequentemente, a Companhia não identificou nenhuma margem de lucro líquido nessa fase.

3.7.2. *Receitas de remuneração dos ativos da concessão*

Corresponde à remuneração do investimento na implantação de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento sobre o valor do investimento.

3.7.3. *Receitas de operação e manutenção*

Após a fase de implantação de infraestrutura inicia-se a fase de operação e manutenção, onde essa receita, é reconhecida pelo valor justo de maneira suficiente para cobrir os respectivos custos.

3.7.4. *Receita de juros*

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

3.8 *Lucro por ação*

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

3.9 *Demonstrações dos fluxos de caixa*

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM n°. 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

4. *Pronunciamento do IFRS*

4.1. *Novas normas, alterações e interpretações de normas*

A Companhia adotou todos os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC e pelo IASB, bem como as normas emitidas pelo órgão regulador, com aplicação obrigatória para os exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2014. Dentre estes, as normas que foram adotadas pela primeira vez não causaram impacto relevante nas demonstrações contábeis da Companhia.

A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma norma ou pronunciamento cuja adoção não fosse obrigatória nesse exercício. As seguintes IFRS novas e revisadas foram emitidas durante o exercício de 2014 cujas datas de adoção inicial ainda não se efetivaram: IFRS 9, IFRS 15, e modificações às IFRS 11/CPC 19(R2), IAS 16/CPC 27, IAS 38/CPC 04 (R1) e IAS 41/CPC 29.

5. Caixa e equivalente de caixa

	31/12/2014	31/12/2013
Caixa		
Bancos	4	4
	<u>170</u>	<u>677</u>
	<u>174</u>	<u>681</u>

6. Títulos e valores mobiliários

	31/12/2014	31/12/2013
Fundo de investimentos	7.205	8.649
	<u>7.205</u>	<u>8.649</u>
Circulante (1)	6.093	8.649
Não circulante (2)	1.112	-

Em 2014 e 2013, os Fundos de Investimento referem-se a:

- (1) Fundo de Investimento -: BB Amplo Fic Fi Renda Fixa Crédito Privado com remuneração pós-fixada variando em torno de 102,74% do CDI; e
- (2) Fundo de Investimento restrito: Fundo Fic Fi títulos públicos referenciado DI vinculado ao financiamento com o Santander/Finame com remuneração de 97,13 % do CDI, constituído em 2014.

7. Contas a receber

	31/12/2014	31/12/2013
Concessionárias e permissionárias (6.1)	1.643	1.370
Concess. e Permissionárias Partes Relacionadas	711	425
Ativo financeiro (6.2)	<u>125.775</u>	<u>91.960</u>
	128.129	93.755
Ativo circulante	26.931	19.668
Ativo não circulante	101.198	74.087

7.1 Concessionárias e permissionárias

Refere-se à apuração do valor a receber dos usuários do sistema de transmissão informado mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), os quais possuem seguro garantia.

7.2 Ativo financeiro

A infraestrutura implantada na atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da Companhia é, ou será, recuperada por meio de dois fluxos de caixa, a saber:

- a) Parte por meio da Receita Anual Permitida - RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão;
- b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão.

Movimentação do ativo financeiro da concessão em 31 de dezembro de 2014:

Saldo em 31 de dezembro de 2012	88.110
Remuneração do ativo financeiro	18.840
Custo de construção	173
Custo de concessão	2.259
Realização ativo financeiro	(17.422)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	91.960
Remuneração do ativo financeiro	18.707
Custo de construção	31.700
Custo de concessão	2.445
Realização ativo financeiro	(19.038)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	125.774

As contas a receber - ativos financeiros incluem os valores a receber decorrentes da implantação de infraestrutura, da receita financeira e da operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item.

As contabilizações de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerão do desenvolvimento de infraestrutura relacionado com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional.

8. Tributos e contribuições sociais

	31/12/2014	31/12/2013
Ativo circulante		
IRPF a compensar	99	68
PIS/COFINS/CSLL - Lei 10.833/2003	17	18
	116	86
Passivo circulante		
IRPJ	320	236
CSLL	145	112
COFINS	127	122
Outros	189	87
	781	557
Passivo não circulante		
IR e CS diferido (a)	3.874	2.832

- (a) O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos decorrem do reconhecimento dos efeitos da adoção da ICPC 01 e OCPC 05 - contratos de concessão, e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício considerando, inclusive, o final do período de fruição do benefício fiscal.

Saldo em 31/12/2011	2.612
Imposto diferido reconhecido no resultado	102
Saldo em 31/12/2012	2.714
Imposto diferido reconhecido no resultado	118
Saldo em 31/12/2013	2.832
Imposto diferido reconhecido no resultado	1.042
Saldo em 31/12/2014	3.874

9. Empréstimos, financiamentos e debêntures

	2014					2013
	Circulante			Não Circulante		Total
	Principal	Encargos	Total	Principal e encargos	Total	
Moeda Nacional						
Debêntures	10.162	568	10.730	27.551	38.281	40.518
BDMG (FINAME)	225	103	328	21.513	21.841	870
Saldo líquido	10.387	671	11.058	49.064	60.122	41.388

Debentures: Os recursos contratados referentes as Debêntures foram de R\$ 42.500, emitidas em 14/11/2012 em espécie quirografárias, sem garantias. O prazo da operação é de 05 anos com vencimento em 14/11/2017, as amortizações e pagamentos de juros serão semestrais sendo o 1º pagamento em 14/05/2013. Quanto a remuneração, renderão juros a 100% variação acumulada DI (dia) somados a taxa efetiva de 0,9875% ao ano. O resgate antecipado poderá ocorrer a partir do 2º ano da emissão.

Finame: Em 2011 foi contratado junto ao BDMG Finame no valor de R\$ 1.187 com vencimento em 2020 e taxa de 4,50% ao ano, destinado a implantação do reforço do módulo de conexão na SE Araçuaí II para Itaobim.

Finame e Finem: Em 2013 e 2014 contratamos também junto ao BDMG, mais duas modalidades de financiamento, sendo estas, Finame e FINEM no valor de R\$19.761 e R\$ 5.893, vencimentos em 2024 e 2029, taxa de 3,50% a.a. e 3,5% a.a.+ TJPL respectivamente, ambas destinados a implantação do RBNI - II Banco de Trafos.

Os contratos com o BDMG bem como a escritura de debêntures exigem o cumprimento de obrigações específicas por parte da Companhia. Em 31 de dezembro de 2014, todas as obrigações especificadas nos contratos foram cumpridas.

A obrigação contratual relacionada as debêntures da Transirapé estão relacionadas à dívida líquida no limite de R\$ 70.000 , para a 1ª emissão de debêntures, acrescido de atualização pelo

IGPM, conforme aditivo da escritura de emissão, item X da cláusula 4.13.1 “ Vencimentos Antecipados “. Em 31/12/2014 a Companhia está atendendo ao limite estabelecido.

Quanto aos financiamentos com Finame junto ao BDMG, as garantias são as aquisições do ativo e, constituição de conta reserva.

Já as garantias da modalidade FINEM resumem-se em Penhor de ações, cessão fiduciária durante a fase de construção do projeto de 30% da RAP, durante a fase de operação do projeto de 25% da RAP e direitos creditórios

Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos a longo prazo são:

Período	Total
2016	13.975
2017	18.391
2018	2.490
2019	2.490
2020	2.435
A partir 2020	9.283
	<u>49.064</u>

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrado conforme a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2012	43.720
Captações	-
Varição Monetária e Cambial	(71)
Provisões de juros	3.856
Juros pagos	(3.646)
Amortizações de principal	(2.470)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	41.389
Captações	21.001
Varição Monetária e Cambial	-
Provisões de juros	4.936
Juros pagos	(4.734)
Amortizações de principal	(2.470)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	60.122

10. Taxas regulamentares

	31/12/2014	31/12/2013
Quota Reserva Global de Reversão - RGR	155	172
Pesquisa e Desenvolvimento - P & D	564	442
Taxa de Fiscalização ANEEL	121	107
	<u>840</u>	721
Circulante	709	590
Não circulante	131	131

11. Partes relacionadas

Contratos da fase operacional:

- CEMIG Geração e Transmissão para execução dos serviços de operação e manutenção da LT Irapé-Araçuaí , contou com a anuência da ANEEL, conforme Despacho nº 2.465 de 7 de agosto de 2007.

CEMIG Geração e Transmissão para execução do compartilhamento de conexão do sistema de transmissão da SE Araçuaí .

- Companhia Transleste de Transmissão: Contrato de CCI entre Transleste e Transirapé: para compartilhamento de conexões do sistema de transmissão da SE Irapé.
- A Transirapé possui contrato de prestação de serviço de transmissão de energia elétrica com CEMIG e Furnas.

Demonstração do resultado	31/12/2014	31/12/2013
Serviços prestados para parte relacionada		
CEMIG	4.642	3.958
FURNAS	591	632
Serviços tomados com parte relacionada		
CEMIG	674	640
Transleste	104	97
Ativo Circulante	31/12/2014	31/12/2013
Concessionárias e Permissionárias - parte relacionada		
CEMIG	601	458
FURNAS	110	72
Passivo Circulante		
Fornecedores - parte relacionada		
CEMIG	0	0

Remuneração do pessoal-chave da administração

Em 2014 a remuneração anual da Administração como Diretoria e Conselho foi aprovada no total de R\$ 163 (R\$ 154 em 2013), composto por pró-labore, encargos, benefícios e gratificação.

12. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o capital social era de R\$ 22.340 representado por 22.340.490 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

A composição acionária da Companhia, em 31 de dezembro de 2014 é a seguinte:

Acionista	Quantidade de ações	
	2014	
	Integralizadas	% do capital
Transminas Holding S.A.	9.159.599	40,999991
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG	5.473.419	24,499995
Furnas Centrais Elétricas S.A.	5.473.419	24,499995
EATE	2.234.048	9,900024
Conselheiros	5	0,099995
	22.340.490	100,000000

b) Reservas de lucro

- Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

- Lucros retidos

Os lucros remanescentes foram mantidos nesta conta de reserva de lucros à disposição da Assembleia dos acionistas, para sua destinação.

c) Reserva de retenção de lucros

Refere-se ao montante do lucro apurado com base nas práticas contábeis internacionais introduzidas pela Lei nº 11.638/07, superior ao lucro apurado com base nas práticas contábeis anteriores à referida lei. A administração da Companhia entende que tal parcela do lucro deve ser retida.

d) Dividendos propostos

As demonstrações contábeis registram a proposta da Administração da Companhia, sujeita à aprovação dos Acionistas em Assembleia Geral, para distribuição de dividendos mínimos estabelecidos pelo Estatuto (25% do Lucro Líquido após a apropriação da Reserva Legal).

Saldo de dividendos a pagar

Saldo de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2012	2.426
Destinação AGO	-
Dividendos pagos no exercício	(2.426)
Dividendos mínimos obrigatórios	3.182
Saldo de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2013	3.182
Destinação AGO	
Dividendos pagos no exercício	(3.182)
Dividendos mínimos obrigatórios	2.768
Saldo de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2014	2.768

13. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apura o imposto de renda e a contribuição social com base no lucro presumido, conforme abaixo. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais

combinadas do imposto de renda e da contribuição social debitada no resultado é demonstrada como segue:

	31/12/2014		31/12/2013	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita de concessão de transmissão	2.445	2.445	2.259	2.259
Receita de implantação de infraestrutura	31.699	31.699	173	173
Remuneração de ativos da concessão	18.813	18.813	18.938	18.938
Total da receita operacional	52.959	52.959	21.370	21.370
Ajustes decorrentes do ICPC	-33.812	-33.812	-3.849	-3.849
Receita operacional ajustada	19.147	19.147	17.521	17.521
Alíquota aplicada sobre a receita	8%	12%	8%	12%
Subtotal	1.532	2.298	1.402	2.103
Receitas financeiras	965	965	577	577
Base de cálculo	2.497	3.262	1.979	2.680
Alíquotas utilizadas para o cálculo	15% e 10 %	9%	15% e 10 %	9%
Total	600	294	474	241

A Medida Provisória 449/2008, de 3 de dezembro de 2008 convertida na Lei 11.941/09, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que tem como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei 11.638/07, na apuração das bases de cálculos de tributos federais.

Foram excluídos na apuração das bases de cálculos dos tributos federais da companhia, conforme determinado no RTT, os ajustes contábeis decorrentes da aplicação dos CPC's.

Em 13 de maio de 2014, foi publicada a Lei 12.973, conversão da MP 627/2013 que: (i) altera a legislação tributária federal relativa ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/Pasep e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins, (ii) extingue o Regime Tributário de Transição - RTT, e (iii) dispõe sobre a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas.

A Companhia optou por não adotar antecipadamente os efeitos da Lei 12.973, o exercício dessa faculdade será formalizado por meio da entrega da DCTF informando os fatos geradores referentes a dezembro de 2014. A partir de 1º de janeiro de 2015 essas disposições passarão a ser obrigatórias.

Baseada no princípio da neutralidade, a Companhia não prevê nenhuma alteração significativa em suas estimativas em decorrência da adoção da Lei.

14. Receita operacional líquida

	31/12/2014	31/12/2013
Receita operacional		
Receita de concessão de transmissão	2.446	2.259
Receita de infraestrutura	31.700	173
Remuneração dos ativos de concessão	18.813	18.938
	52.959	21.370
Deduções da receita operacional		
PIS	(125)	(114)
COFINS	(574)	(525)
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	(478)	(425)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(178)	(158)
	(1.355)	(1.222)
Receita operacional líquida	51.604	20.148

15. Resultado financeiro

	31/12/2014	31/12/2013
Receitas Financeiras		
Rendimentos fundo de reserva	29	-
Rendimentos aplicações financeiras	922	31
Outras receitas financeiras	14	546
	965	577
Despesas Financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(4.649)	(3.746)
Outras despesas financeiras	(93)	(167)
	(4.742)	(3.913)
Total do resultado financeiro	(3.777)	(3.336)

16. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia participa de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pelas operações. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A avaliação destes ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado é feito por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

Os valores contábeis, tais como aplicações financeiras, contas a receber e a pagar, empréstimos e outros referentes aos instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, quando comparados com os seus valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, representam efetivamente o valor justo.

b) Hierarquia do valor justo

Mensuração do valor justo: a Companhia classifica e divulga os instrumentos financeiros da seguinte forma:

Nível I - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível II- outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

Nível III- técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a Companhia classificou como nível I os saldos de caixa e equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários e como Nível II o ativo financeiro.

c) Gestão de riscos

A Companhia está exposta a riscos inerentes à natureza de suas operações. Dentre os principais fatores de risco que podem afetar o negócio da Companhia, destacam-se:

• **Risco de crédito**

A Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a 420 usuários, com cláusula de garantia bancária.

• **Risco de preço**

As receitas da Companhia são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IGP-M.

A administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

• **Risco de taxas de juros**

A Companhia pode sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os contratos de financiamentos e ter redução de rentabilidade nas aplicações financeiras em renda fixa.

- **Risco de liquidez**

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: - manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez;

- **Risco financeiro**

A Companhia está em operação e a estrutura de capital foi aquela determinada pelos estudos para a definição do negócio, bem como pelos limites de financiamentos estabelecidos pelos agentes financeiros.

d) Operações com derivativos

A Companhia não possui contratos com operações financeiras com derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

17. Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Companhia não possuía processos judiciais em aberto de natureza cível, trabalhista e tributária com risco de perda provável e/ou possível.

18. Benefícios a empregados

A Companhia e suas controladoras, em conjunto, oferecem aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: participação nos lucros, seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição e plano de previdência privada de contribuição definida.

* * *

Conselho de Administração

Enio Luigi Nucci - Presidente

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho - Conselheiro

Wellington Lima Cristiano - Conselheiro

Lauro Sérgio Vasconcelos David - Conselheiro

Alexandre Vidigal Pereira Pinto Conselheiro

Diretoria

José Renato Simões Machado - Diretor-técnico

Eduardo A.de Figueiredo - Diretor Adm.Financeiro

Contadora responsável

Flávia Miranda Silva
Contadora CRC N° MG-067247/0-2